

PRECISA-SE DE UM ANTROPÓLOGO!

Vivenciando o fazer antropológico entre a
academia e a sociedade civil

Andréa Lobo

Professora na Universidade de Brasília

O objetivo do presente artigo é partilhar experiências. Respondendo à chamada da Revista *Novos Debates* pretendo, nas páginas que seguem, refletir sobre um percurso profissional que coloca em diálogo o fazer antropológico na academia e fora dela. Seguindo uma narrativa ensaística e em tom de relato, ao retomar minha vivência no chamado terceiro setor pretendo abordar três temas que me parecem fundamentais quando nos propomos a refletir sobre a antropologia que se aprende na universidade e o mercado de trabalho: 1. A relação entre a formação acadêmica e a inserção no mercado. Afinal, estamos falando de campo separados por um muro ou trata-se de fronteiras porosas e fluidas? 2. A demanda por antropólogos como profissionais. Quais as contribuições? Quais questões a antropologia permite colocar? 3. Os desafios que este diálogo suscita. Como lidar com chaves teóricas e metodológicas caras à pesquisa antropológica como a escrita, o tempo e a perspectiva crítica quando se está fazendo antropologia fora da academia?

Se algumas destas questões me surgiram como resultado da experiência de trabalho em uma organização não governamental (ONG), sem dúvida elas ganharam nova dimensão em sala de aula, no aprendizado mútuo que nos alimenta e estimula a cada encontro entre professores e estudantes neste espaço universitário dedicado à troca e à produção de conhecimento. Por diversas vezes tenho sido provocada a pensar sobre algo que é um misto de preocupação e de crítica dos estudantes em antropologia (da Universidade de Brasília, mas creio que não só) e que pode ser sintetizado da seguinte forma: afinal, o que aprendemos na universidade nos prepara para um campo profissional que não seja o acadêmico?

É disto que quero tratar aqui! Mas antes de prosseguir, um alerta se faz necessário: não espere o leitor que eu tenha respostas, estas, quiçá, poderão ser mapeadas a partir do diálogo que este texto pretende alimentar. Se isso acontecer, já me dou por satisfeita.

Um tema bom para pensar...

A problemática do antropólogo fora da academia tem sido foco de reflexão na antropologia brasileira já há algum tempo. Realizando um breve levantamento cheguei a um conjunto de coletâneas publicadas pela Associação Brasileira de Antropologia (Boaventura Leite 2005; Silva 2008; Tavares, Lahud & Caroso 2010; Oliveira Filho 2015; ABA 2015), a alguns artigos (Munanga 2013; Schuch 2003; Carvalho 2010; Bonetti 2005), a dissertações (Rego 2007; Chaves 2004) e mais coletâneas publicadas em diferentes contextos (Souza Lima & Barreto Filho 2005; O'Dwyer 2010; Oliveira Filho 1998).

Passeando por temáticas diversas dentro do campo de atuação de antropólogos

profissionais (a questão territorial e fundiária, minorias étnicas, indigenismo, a elaboração de laudos, consultorias, atuação em órgãos públicos e em organizações não governamentais, a relação com o universo jurídico) o que tais publicações parecem ter em comum é a preocupação de mapear a atuação dos antropólogos fora das universidades e refletir sobre as dimensões relacionais entre as atividades entendidas como não acadêmicas e o trabalho na academia.

Ao tentar abordar esta relação, a metáfora do muro é frequentemente acionada no sentido de dar conta dos desafios que o antropólogo que está fora da academia tem que enfrentar: não mais agir como o pesquisador que descreve e analisa os significados que os fatos têm para os grupos envolvidos. No lugar disso, o antropólogo deve deixar seu lugar de observador para se tornar um ator social, atuando politicamente, o que significa tomar decisões que têm consequências políticas e éticas (Heredia 2008).

Não creio que a metáfora do muro seja produtiva, no mínimo não reflete a minha experiência e, com certeza, a de muitos dos autores acima elencados. Na coletânea que traz em seu título a noção de muro,^[1] são diversos os autores que explicitam seu incômodo com as separações que esta ideia sintetiza. Heredia, por exemplo, questiona a oposição ao nos lembrar que não é possível imaginar apenas uma única maneira de estar no mundo acadêmico (dentro do muro) e no mundo das ONGs (ou governo, ou consultoria etc) (2008: 88). Como ela, creio ser possível observar a existência de várias maneiras de estar em um dos lados, pois muitos de nós têm o pé dentro e fora do muro. Afinal, somos antes de tudo, cidadãos (Heredia 2008; Peirano 1984).

Como alternativa, proponho pensar a partir da noção de fronteiras tal como entendida por Bashkow ao dialogar com a noção de *cultural boundaries* de Boas e seus alunos (2004). Contrário à perspectiva de que as noções de limites ou fronteiras sejam formas rígidas, impostas, ilhas salvas de influências externas, o autor recupera os boasianos em seu entendimento de que as fronteiras culturais são porosas, permeáveis e não barreiras que bloqueiam os fluxos (de pessoas, objetos ou ideias). Esta visão produtiva da noção de *cultural boundaries* permite ao autor pensar em fronteiras ou limites como um espaço de troca e não de bloqueio. É com este diálogo em mente que proponho trocarmos a metáfora do muro, que impede ver o que há do outro lado, pela de fronteira, que delimita e separa, mas também conecta.

Da academia para o Cerrado e seus povos

Minha relação com a antropologia se inicia com um percurso muito comum em minha geração. Cursei graduação em Ciências Sociais com bacharelado em Antropologia

Social na Universidade de Brasília e logo em seguida segui para o Mestrado. Devido a questões pessoais, ao fim desta etapa resolvi “dar um tempo” da academia e sentir a antropologia a partir de outras perspectivas. Este tempo não durou muito, um ano depois estava cheia de questões que, acreditava eu, somente a pesquisa antropológica em seu sentido mais clássico poderia me ajudar a responder. Segui, então, para o doutorado na mesma universidade em que havia iniciado minha formação.

Tanto na graduação quanto no mestrado tive experiências de pesquisa duradouras e sistemáticas (Lobo, 1998; 2001). Ainda no mestrado segui para Cabo Verde, aceitando o desafio romântico do trabalho de campo proposto por Malinowski: um antropólogo, algumas boas questões, uma cabana, alguns nativos, equação que redundaria no conhecimento típico da antropologia (claro, se seguidas as diretrizes metodológicas e teóricas muito bem formuladas pelo autor (Malinowski 1976)).

Com uma formação teórica sólida e um campo com duração de um ano e meio, o doutorado viria coroar uma trajetória acadêmica sem grandes percalços, algumas surpresas e muitas experiências, parte disso tomando a forma de uma tese que, alguns anos depois se transformaria em livro (Lobo, 2014) e ganharia o mundo. Mas antes disso, enquanto produzia a tese e criava um filho, a bolsa de pesquisa do CNPq, que garantia nosso sustento (ou parte dele), se aproximava de seu prazo final. O tempo de bolsa diminuía mês a mês e minha angústia aumentava.

Tal angústia assumia uma faceta pragmática, o sustento familiar, mas não se resumia a isso. A necessidade de “dar um tempo” da vida acadêmica que havia vivenciado no final do mestrado ganhava contornos mais profundos – que caminho seguir? Continuar na universidade ou experimentar outros universos? Se a primeira opção era a mais lógica e, em alguma medida, a mais fácil diante de minha trajetória – formada por um Departamento de Antropologia de excelência e considerado “muito teórico” (voltaremos a isso mais a frente) – sabia bem dos dilemas da vida acadêmica, a competição, o produtivismo, o excesso de trabalho que por muitas vezes compromete férias e finais de semana em família, etc.

Foi nesta altura que tive a oportunidade de conhecer o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Em princípio fui chamada para uma prestação de serviços, um processo de avaliação de projetos comunitários no âmbito do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS). Ao final da tarefa, encantada com o Programa, fui convidada a uma conversa com o fundador do Instituto e então diretor, o sociólogo e ambientalista Donald Sawyer. Nesta conversa ele deixou claro que “precisavam de um antropólogo na equipe”. Formada por zoólogos, biólogos, ecólogos e comandada por um

sociólogo, a equipe precisava de um profissional de antropologia para lidar com as questões relativas aos indígenas e populações tradicionais. Na verdade, eu estava sendo chamada a substituir duas colegas que já haviam trabalhado nesta função, mas que seguiram outros caminhos profissionais.

A proposta de trabalho me caiu como uma luva. Eu havia simpatizado com a proposta do Instituto, tinha ótimas referências pelas colegas que já haviam feito parte do time, além de ver esta como uma oportunidade de olhar para além das fronteiras da academia. Mas como poderia eu contribuir? Povos indígenas, populações tradicionais, sustentabilidade do Cerrado, socioambientalismo não era exatamente minha área de formação. Com estas ponderações explicitadas na conversa, com algum medo e com muita vontade, segui em frente e me tornei membro de uma enxuta equipe que tinha muito trabalho e uma enorme dedicação ao Instituto e à causa.

O ISPN é uma organização não governamental, hoje, com 25 anos de existência. Com sede em Brasília o Instituto promove e valoriza iniciativas comunitárias de uso sustentável da biodiversidade, entendendo que o equilíbrio ecossistêmico associado à qualidade de vida no campo e nas florestas é um importante contraponto ao modelo predominante de ocupação das áreas nativas de savanas e florestas, baseado no desmatamento para o estabelecimento de grandes monoculturas e pastos para a pecuária extensiva.

O Instituto atua no campo ecossocial, com foco nos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e suas organizações. Sua missão é contribuir para viabilizar o desenvolvimento sustentável com maior equidade social e equilíbrio ambiental, por meio da democratização do acesso a recursos financeiros, conhecimentos e informações de forma adaptada à realidade e às necessidades desse público, e da busca pelo fortalecimento da relação entre pesquisadores e comunidades (Informações retiradas do site: <http://www.ispn.org.br/>).

Dentre os diversos projetos realizados ou coordenados pelo ISPN, o carro chefe é o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais, o PPP-ECOS. Financiado pelo *Small Grant Programmes* (SGP), vinculado ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o PPP-ECOS é coordenado no Brasil pelo ISPN. A coordenação do Programa implica em elaborar e lançar, periodicamente, editais destinados a apoiar projetos oriundos de organizações locais sediadas no Cerrado brasileiro e que contribuam para o desenvolvimento de alternativas de organização, produção e comercialização que melhoram a qualidade de vida das comunidades locais, valorizam e preservam os recursos naturais. Os projetos selecionados a cada edital recebem apoio financeiro e técnico, ambos coordenados, acompanhados e

monitorados pela equipe técnica e administrativa do ISPN.

Foi no PPP-ECOS que comecei a trabalhar. Eu era uma das técnicas que acompanhava e monitorava parte da carteira de projetos em andamento e, como era de se esperar, era responsável por projetos que exigiam algum conhecimento associado à antropologia, ou seja, aqueles considerados interculturais, envolvendo populações indígenas, quilombolas ou com um caráter de recuperação de traços da cultura por meio de uma forma de vida sustentável e em harmonia com a biodiversidade do Cerrado. É certo que estas eram características do Programa como um todo, portanto, o que acabava por definir minha carteira de projetos, pelo ao menos inicialmente, era o público.

Monitorar um projeto significava acompanhar a execução da proposta aprovada no âmbito do PPP-ECOS pela comunidade. Uma das características mais interessantes do Programa era a de fazer chegar os recursos nas comunidades de forma direta, ou seja, os projetos eram propostos por associações, ONGs e entidades com personalidade jurídica preferencialmente formadas nas próprias comunidades que executariam os projetos. Isso significa que era muito comum que o projeto aprovado fosse a primeira experiência de um grupo no que concerne a elaboração da proposta, definição de objetivos, metas, métodos e administração técnica e financeira. Era aí que entrávamos nós, assessores técnicos: auxiliando os beneficiários do Programa no processo de execução para, primeiramente, ajuda-los a atingir os objetivos propostos e, também, evitar que a execução da proposta se tornasse um problema para a própria comunidade.^[2]

Entendido o caráter de nosso trabalho, meu e dos demais técnicos que compunham a equipe, fica a questão de porque precisavam de um antropólogo, ou melhor, o que significava ser uma assessora técnica com formação em antropologia nesta instituição. O primeiro ponto a destacar é que não cheguei ao ISPN devido à militância no campo socioambiental, nunca fui ativista política e tampouco minha presença na ONG se derivava de uma pesquisa na área. Creio que um caminho para responder esta questão nos conecta com as características da antropologia enquanto um campo de saber que produz conhecimento sobre formas de vida. Trata-se, portanto, de uma disciplina que se debruça, por meio da pesquisa, sobre temas variados e cujo conhecimento produzido não necessariamente será utilizado (no sentido técnico do termo). Daí pode vir a questão, é possível fazer antropologia fora da academia?

Creio que podemos pensar sobre isso por duas vias, a primeira tem a ver com minha própria trajetória e a segunda se dá pela reflexão sobre estes lugares que o antropólogo tem sido chamado a atuar, o tal mercado de trabalho. Afinal, por que contratar uma profissional com formação acadêmica e nenhuma atuação no campo político ou profis-

sional? O que um profissional assim agrega ao “mercado”?

O que posso responder é que foi de minha formação em Antropologia Social que extraí as ferramentas que utilizei em meu cotidiano como assessora técnica no ISPN. Desde muito cedo na graduação aprendi sobre a importância de aliar teoria e prática. Minha dedicação a projetos de pesquisa foi tão intensa e recorrente quanto as leituras e os debates em sala de aula. O contato com os autores desde o curso de Teoria Antropológica 1, aliado ao exercício etnográfico, possibilitava um descentramento que abalava minhas estruturas sobre o que pensava do mundo, sobre meus conceitos estabelecidos, sobre o que me era familiar.

Os elementos mais básicos da formação antropológica – estranhamento, alteridade, contextualização, relativização – chegavam a mim nesta combinação entre teoria e prática que o curso de graduação em antropologia me proporcionava por meio da possibilidade de participar em projetos e grupos de pesquisa orientados por professores e pela formação teórica de excelência em sala de aula. Olhando para este percurso que teve início na graduação e seguiu os mesmos tons pelo mestrado e doutorado, percebo que foi esta a composição que construí meu “olhar antropológico”, algo que parece ser nosso diferencial no mercado de trabalho. Talvez seja a busca por esse olhar que está por trás dos chamados que dizem “precisa-se de um antropólogo”.

121

Com um pé lá e outro cá, mas não sem dilemas...

Retomo aqui a metáfora das fronteiras para sistematizar o que entendo por essa relação entre academia e mercado de trabalho. Como já salientei, acho que sim, existem fronteiras que pontuam a diferença entre o fazer antropológico no contexto da pesquisa e fora dele. Também acho que tais fronteiras não são somente necessárias, mas são produtivas na medida que têm o potencial de produzir boas questões para pensar e agir sobre o mundo. Explico-me.

No meu entender é a formação teórica sólida aliada a prática de pesquisa que forma um profissional em antropologia. Se estas duas dimensões parecem apontar, nos cursos universitários, para um caminho privilegiado e valorizado, a academia, a pesquisa e a docência; elas não são menos importantes para as aptidões necessárias a um profissional que irá atuar fora deste lado da fronteira. O que minha experiência em uma ONG me faz concluir é que o que as instituições buscam ao contratar um antropólogo são as questões diferenciadas que este profissional pode apresentar ao universo social, uma capacidade crítica e reflexiva que é inerente ao olhar que é construído tanto no ato de apreender a teoria antropológica quanto de desafiá-la por meio do fazer etnográfico. Estas aptidões

são apreendidas no e pelo fazer acadêmico, mas são profundamente ampliadas quando fora da academia.

Não quero dizer com isso que não há diferenças, as fronteiras são fluidas, mas são fronteiras, daí os inúmeros desafios que enfrentamos quando estamos com um pé lá e outro cá. O tempo, a escrita e a interdisciplinaridade talvez tenham sido as dimensões que mais marcaram minha experiência tanto no movimento de saída da academia quanto para o retorno a ela.

Tempo e escrita estão bastante conectados na pesquisa antropológica. Aprendemos desde muito cedo que o fazer antropológico é marcado por um investimento pessoal no entendimento do outro que exige, entre outras coisas, tempo. Esta dimensão marca a entrada no campo, a construção do objeto, a apreensão de um conhecimento prévio sobre o grupo e a temática a ser estudada, a aproximação e o distanciamento. O tempo é também um fator determinante para o trabalho de campo e todas as transformações e experiências que este encerra, processo fundamental para a produção do conhecimento antropológico. Por fim, quando tempo e escrita se confundem, temos a tradução da experiência e do conhecimento produzido em texto, o texto etnográfico.

Ora, quando atravessamos a fronteira, a primeira coisa que parece esvaír sobre nossos dedos é o conforto do tempo. Tudo é para ontem, tudo é urgente e aquele tempo para a apreensão e produção do conhecimento sobre o outro é substituído por uma imersão no cotidiano de trabalho que também produz um tipo de saber sobre os grupos com os quais trabalhamos, mas um saber diferenciado. O mesmo acontece com a escrita, que deve ser mais objetiva, mais enxuta, menos teórica. Não se trata mais da produção de textos etnográficos, mas de relatórios, projetos, peças informativas. É outro tempo e outro texto porque são outros os objetivos, os públicos, as finalidades. Mas, mudam as questões? Mudam aos parâmetros éticos? Muda o comprometimento? Arrisco dizer que não... o compromisso não está no tema ou no lugar, é exatamente a interface do compromisso social com o compromisso do conhecimento que torna possível que as fronteiras sejam fluidas.

Antes de concluir quero abordar brevemente o desafio da interdisciplinaridade. Refiro-me a fazer parte de uma equipe composta por profissionais diversos, mas unidos por uma causa. Esta talvez tenha sido uma das dimensões que mais me marcou na experiência de trabalho no ISPN. Primeiramente porque a equipe era simplesmente fantástica, marcada por uma sinergia, uma harmonia que, sem dúvida aproximava aquele trabalho a algo próximo da definição de “melhor trabalho do mundo”. Mas também porque me permitiu experimentar as lições básicas de antropologia não mais com meus

interlocutores de pesquisa ou com os beneficiários do PPP-ECOS, mas dentro de casa, exercitando a alteridade com colegas de trabalho que veem o mundo por outras lentes, que colocam outras questões que, por vezes, nos pegam de surpresa e acionam nossas preconceções mais arraigadas.

Creio que lidar com estes e tantos outros desafios é o que nos permite transitar pelas diferentes possibilidades de atuação que têm surgido para os antropólogos. Meu percurso como antropóloga, agora de volta ao contexto acadêmico, talvez me possibilite pensar por entre campos e questionar se o olhar antropológico pode estar presente nas diferentes atividades realizadas pelos profissionais da área. Como bem pontuou Novaes, o modo antropológico de indagar e de argumentar que exercitamos nos espaços da academia pode ficar “guardado no armário” quando atuamos como assessores ou consultores? (2008:149) Assim como ela, penso que as atuações sofrem fortes e mútuas influências. Abandono, portanto, os muros e fico com as fronteiras porosas que permitem o ir e vir garantindo a possibilidade de valorização dos dois lados como fontes de produção de conhecimento.

Referências bibliográficas

ABA. 2015. *Protocolo de Brasília. Laudos Antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico*. Brasília: ABA Publicações.

BASHKOW, Ira. 2004. “A Neo-Boasian conception of cultural boundaries”. *American Anthropologist*, 106(3): 443-58.

BOAVENTURA LEITE, Ilka (org.). 2005. *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER. ABA.

BONETTI, Alinne de Lima. 2005. “A ONG e a antropóloga: da experiência etnográfica à experiência profissional”. *Revista Humanas*, 27: 159-178.

CARVALHO, Ana Paula C. 2010. “O que um inventário de referências culturais pode dizer? Os desafios da atuação dos antropólogos nos processos de mapeamento, identificação e registro do patrimônio cultural das populações afro-brasileiras”. *Campos* 11(1): 31-46.

CHAVES, Rodrigo P. 2004. *Identificação de Terras Indígenas e os relatórios de identificação e delimitação da FUNAI: reflexões sobre a prática da antropologia no Brasil (1988-2003)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. 2009. *Ethnicity, Inc*. Chicago: The University of

Chicago Press.

GUEDES, S. L.; TAVARES, F.; CAROSO, C. (orgs.). 2010. *Experiências em ensino e práticas em antropologia no Brasil*. Brasília: Ícone Gráfica e Editora.

HEREDIA, Beatriz. 2008. “Algumas reflexões sobre a prática acadêmica e a prática política. Um antropólogo numa ONG”. In: G. Silva (org.), *Antropologia extramuros – novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15. pp. 87-98.

LOBO, Andréa. 1998. *Parque Nacional de Brasília: uma tentativa de abordagem sócio-antropológica de um espaço artefactual*. Dissertação de Graduação. Brasília: UnB

_____. 2001. *Seca, Chuva e Luta. (Re)construindo a paisagem em cabo verde*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB

_____. 2014 [2012]. *Tão longe tão perto. Famílias e “movimentos” na Ilha da boa Vista de Cabo Verde*. Brasília: ABA Publicações.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 [1922]. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Editora Abril Cultural

MUNANGA, Kabengele. 2013. “A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho”. *Revista de Antropologia*, 56(1): 485-504.

NOGUEIRA, Monica. 2005. *Quando o pequeno é grande. Uma análise de projetos comunitários no Cerrado*. Brasília: Annablume.

NOVAES, Regina. 2008. “Apostas e riscos. Para além das melhores intenções antropológicas”. In: G. Silva (org.). *Antropologia extramuros – novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15. pp. 87-98.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). 2010. *O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers.

OLIVEIRA FILHO, João P. (org.), 1998. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contracapa.

OLIVEIRA FILHO, João P.; MURA, F.; DA SILVA, A. B. (orgs.). 2015. *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA Publicações.

PEIRANO, Marisa. 1984. “O antropólogo como cidadão”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 28(1): 27-43.

REGO, André Gondim. 2007. *O trabalho do antropólogo no Ministério Público Federal e outras considerações sobre a articulação entre o Direito e a Antropologia*. Dissertação de Mestrado. UnB - Brasília.

SCHUCH, Patrice. 2003. “O estrangeiro em campo: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico”. *Antropolítica*, 12(13): 73-91.

SILVA, Glaucia (org.). 2008. *Antropologia extramuros – novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15.

SOUZA LIMA, Antonio & BARRETTO FILHO, Henyo (Orgs.). 2005. *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil (1977-2002)*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Andréa Lobo

Professora na Universidade de Brasília
andreaslobo@yahoo.com.br

125

^[1] Antropologia extramuros. Novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos, 2008, organizada por Glaucia Silva

^[2] O cumprimento da planilha orçamentária e a posterior prestação de contas sempre se constituíram como um desafio para os beneficiários do programa. Aliás, a linguagem dos projetos composta por objetivos, metodologia, justificativa, metas, indicadores, orçamento, quando se trata de comunidades rurais ou tradicionais, com projetos muitas vezes coordenados por pessoas que não tiveram acesso à escolarização merece ser alvo de reflexão séria por pesquisadores que tenham interesse em refletir sobre o chamado “projetismo” ou “mercados de projetos” em comunidades tradicionais. Sobre essa questão ver: Comaroff & Comaroff, 2009; Nogueira, 2005).